

BALANÇO PATRIMONIAL
SOCIEDADE EDUCACIONAL ARCO IRIS
CNPJ: 04.971.627/0001-40

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de **2023** **2022**

SOCIEDADE EDUCACIONAL ARCO IRIS
CNPJ: 04.971.627/0001-40

Folha 2

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em reais)

ATIVO	2023	2022	PASSIVO	2023	2022
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa	-	301	Empréstimos e financiamentos	-	-
Banco	-	-	Fornecedores	-	551
Aplicações financeiras	-	227.999	Obrigações trabalhistas	-	21.410
Adiantamentos Fornecedores	-	-	Obrigações fiscais e tributárias	-	4.683
Adiantamentos Salarias	-	-	Provisões	-	25.850
Adiantamento de Férias	-	22.357	Convenios governamentais	-	274.893
Impostos/Contrib. a compensar	534	534	Outras	-	-
Outros	36	36	Total do passivo circulante	-	327.386
Convenios governamentais	-	93.662			
Total do ativo circulante	570	344.890	NÃO CIRCULANTE		
			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			Imobilizado com Recurso Restrito	-	46.105
Convenios governamentais	-	-	Total do passivo não circulante	-	46.105
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Reservas de doações	124.179	-
				124.179	-
IMOBILIZADO					
Instalações	-	-	RESULTADO DO PERIODO		
Edificações	-	-	Superavit (Deficit) acumulado	19.607	7.059
Benfeitorias Imoveis e Terceiros	119.729	36.250	Superavit (Deficit) Periodo	(18.637)	12.548
Maquinas e Equipamentos	10.784	10.784		970	19.607
Moveis e Utensilios	20.075	20.075			
Equipamentos de Informatica	4.798	4.798			
Objetos p/copa e cozinha	2.428	2.428			
Sistema de Alarme	-	-			
Playground	-	-			
Equipamentos de Informatica	-	-			
Intangivel	-	-			
Depreciação Acumulada	(33.235)	(26.126)			
Total do Imobilizado/Intangivel	124.579	48.209			
Total do ativo não circulante	124.579	48.209	Total do patrimônio líquido	125.149	19.607
TOTAL DO ATIVO	125.149	393.098	TOTAL DO PASSIVO	125.149	393.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

João Filho de Oliveira
RG: MG-4.931.064
Presidente

Tânia Maria do Patrocinio Batista
CRC: MG-092539/O-5
Contador

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em reais)

	2023	2022
Resultado com Atividades Educacionais		
Resultado com Atividades Educacionais Próprias		
Receitas de Atividades Educacionais - Próprias - Sem Restrições	2.282	5.167
Doações Pessoas Físicas	2.282	5.167
Despesas de Atividades Educacionais - Gratuidades com Recurso Livre	10.810	3.087
Despesa com pessoal	-	2.386
Serviços prestados por terceiros	10.677	287
Materiais de consumo aplicados nos programas	133	414
Superávit ou Déficit Com Atividades Educacionais Próprias - Sem Restrições	(8.528)	2.080
Resultado Com Atividades Educacionais - Recursos Restritos		
Receita Com Atividade Educacionais - Recursos Restritos	178.762	503.020
Parceiras Governamentais	265.198	465.318
Divisão de Merenda	9.786	37.702
Descontos Obtidos	5.710	-
(-) Devolução de Recurso Parceiras Governamentais	(101.932)	-
Despesas de Atividades Educacionais - Gratuidades com Recurso Restrito	178.762	503.020
Despesa com Remunerações a Funcionários	119.527	322.669
Despesa Com Encargos Sociais e Benefícios	17.414	56.566
Serviços prestados por terceiros	11.285	30.628
Materiais de consumo aplicados nos programas	15.039	52.490
Divisão de Merenda	15.497	37.702
Depreciação	-	2.965
Superávit ou Déficit Com Atividades Educacionais Próprias - Com Restrições	-	-
Resultado Financeiro		
Receita Financeira	-	16.144
Rendimento de Aplicações Financeiras	-	16.144
Despesas Financeiras	3.001	3.785
Despesas Bancárias	345	658
Juros e Multa	2	9
Imposto de Renda S/ Aplicação Financeira	2.654	3.089
IOF S/ Aplicação Financeira	-	29
Superávit ou Déficit Financeiro	(3.001)	12.360
Resultado Com Outras Atividades		
Resultado Com Atividades Patrimoniais		
Receita Com Atividades Patrimoniais	16.322	74.295
Descontos Obtidos	-	6
Isenção das Contribuições Previdenciaias - Renuncia Fiscal	16.322	74.289
Despesas Com Atividades Patrimoniais	23.431	76.187
Depreciação e Amortização	7.109	1.898
Isenção das Contribuições Previdenciaias - Renuncia Fiscal	16.322	74.289
Superávit ou Déficit Com Outras Atividades	(7.109)	(1.892)
Superávit ou Déficit do Exercício	(18.637)	12.548

As notas explicativas são partes integrantes desta demonstração

João Filho de Oliveira
RG: MG-4.931.064
Presidente

Tânia Maria do Patrocínio Batista
CRC: MG-092539/O-5
Contador

SOCIEDADE EDUCACIONAL ARCO IRIS
CNPJ: 04.971.627/0001-40

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em reais)

		<u>PATRIMONIO SOCIAL</u>	<u>RESERVA DE LUCROS</u>	<u>RESERVA DE DOACAO</u>	<u>SUPERAVIT (DEFICIT) ACUMULADO</u>	<u>TOTAL</u>
Saldos em 31 de dezembro de	2021	-	-	-	7.059	7.059
Superavit incorporado no patrimonio						-
Reserva de Lucros			-		-	-
Reserva de Doações				-		-
Superavit/Deficit do exercicio					12.548	12.548
Saldos em 31 de dezembro de	2022	-	-	-	19.607	19.607
Superavit incorporado no patrimonio						-
Reserva de Lucros			-		-	-
Reserva de Reavaliações						-
Reserva de Doacoes				124.179		124.179
Superavit/Deficit do exercicio					(18.637)	(18.637)
Saldos em 31 de dezembro de	2023	-	-	124.179	970	125.149

As notas explicativas são partes integrantes desta demonstração

João Filho de Oliveira
RG: MG-4.931.064
Presidente

Tânia Maria do Patrocinio Batista
CRC: MG-092539/O-5
Contador

SOCIEDADE EDUCACIONAL ARCO IRIS

Folha 5

CNPJ: 04.971.627/0001-40

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
Superavit/Déficit do exercício	(18.637)	12.548
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação	<u>7.109</u> (11.528)	<u>4.863</u> 17.411
Redução (aumento) nos ativos:		
Adiantamentos Salarias	-	-
Adiantamento de Férias	22.357	(20.443)
Seguros a Vencer	-	-
Outros	-	-
Convenios governamentais	93.662	(93.662)
Convenios governamentais - Longo Prazo	<u>-</u>	<u>-</u>
	116.019	(114.105)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(551)	(120)
Obrigações trabalhistas	(21.410)	11.111
Obrigações fiscais e tributárias	(4.683)	2.695
Provisões	(25.850)	23.779
Convenios governamentais	(274.893)	236.811
Imobilizado com Recurso Restrito	(46.105)	23.785
Convenios governamentais - Longo Prazo	<u>-</u>	<u>-</u>
	(373.491)	298.061
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(269.000)	201.367
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo permanente	(83.479)	(26.750)
Recursos de terceiros para adição ao ativo permanente	<u>124.179</u>	<u>-</u>
	-	-
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	40.700	(26.750)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais e de investimentos	<u>(228.300)</u>	<u>174.617</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	<u>(228.300)</u>	<u>174.617</u>
Disponibilidades no início do exercício	228.300	53.683
Disponibilidades no final do exercício	-	228.300

As notas explicativas são partes integrantes desta demonstração

João Filho de Oliveira
RG: MG-4.931.064
Presidente

Tânia Maria do Patrocínio Batista
CRC: MG-092539/O-5
Contador

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

a. A entidade:

A Sociedade Educacional Arco Iris é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter assistencial, constituída na forma de educacional. Suas atividades tiveram início em 06/03/2002 regido por estatuto social e legislação aplicável. Reconhecida de utilidade pública em duas esferas do governo: Estadual, pela lei nº 0000001, e municipal pela lei nº 4.335 de 09 de maio de 2006, mantém o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS emitido pelo MEC, conforme demonstra a Portaria No. 465 de 02 de julho de 2018, com período de validade: 03/07/2018 a 03/07/2021, renovação protocolada no dia 29/01/2021 protocolo nº 23000002310202105 e procolada em 23/10/2023 protocolo nº 23000036289202303.

A Sociedade Educacional Arco Iris é portadora do CNPJ: 04.971.627/0001-40, tem sua sede à Rua Espanha, 36, Petrovale, Betim/MG 32.668-050 e não distribui lucros, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio a qualquer título de pretexto, aos seus membros de Diretoria e associados.

A Creche Comunitaria Maria Floripes tem uma filial portadora do CNPJ: 19.139.088/0002-36, com sede à Rua Ivaldir Alves Pedrosa, 313, Lindeia (Barreiro), Belo Horizonte/MG, 32.690-180.

Todas as atividades são concedidas gratuitamente aos seus usuários.

A publicação dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria.

b. Área de atuação

A Sociedade Educacional Arco Iris é uma entidade educativa, que atende a crianças. Atende de forma totalmente gratuita, educando para uma a cidadania, a liberdade, a vida plena.

b. Da manutenção

A Sociedade Educacional Arco Iris tem como renda os convênios firmandos com órgãos públicos quando à execução de programas e projetos, direcionado ao atendimento de seu público alvo, doações de pessoas físicas ou jurídicas.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas, emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), e com observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, caracterizadas qualitativamente em relação à informação contábil pela Resolução CFC No. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Na elaboração das demonstrações contábeis foram atendidas as determinações da Lei Complementar 187 de 16/12/2021, Lei que norteia às ações das entidades de assistência social, da Resolução CFC No. 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002/12 a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem finalidade de lucros e dos pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustados para refletir a reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda, ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Elas são apresentadas em moeda corrente do Brasil.

As demonstrações financeiras individuais por unidade e consolidadas da Entidade foram elaboradas com base no real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, e estão expressas sem os valores de centavos.

NOTA 3 - FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO CFC No. 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A Sociedade Educacional Arco Iris mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico integrado.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciam fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Sociedade Educacional Arco Iris, e posteriormente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestidas das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A documentação é mantida em boa ordem.

NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

4.1. Ativo circulante

São apresentados por valores de custo e de realização, e incluem quando requerido, as variações monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cuja realização ou pagamento dar-se-ão em período inferior a um ano.

4.2. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

De acordo com o que determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC – TG 03) – Demonstração de Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos a vista em conta bancária, bem como as aplicações financeiras de conversibilidade imediata de recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata, com vencimentos originais de três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

4.3. Valores a receber de parcerias de voluntários a receber

Os valores a receber correspondem a parcelas remanescentes a serem pagas, originárias de termos de parcerias voluntárias celebradas com órgãos públicos. De acordo com a saúde financeira dos entes públicos, varia a certeza de recebimento desses valores. Caso não haja possibilidade de recebimento dos valores a receber apresentados, o ente público comunica com a administração e esta deixa de realizar as despesas correspondentes ao valor a ser recebido.

4.4. Imobilizado

De acordo com NBC T 19.1, o imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e construção, deduzido a depreciação. Os bens são contabilizados como ativos individuais e separados, utilizando-se a vida útil específica desse bem. O bem substituído é baixado.

Em consonância com item 57 do CPC 27, a Sociedade Educacional Arco Iris define a vida útil de um ativo tangível de acordo com a sua utilidade para a entidade. Para tal, todos os bens móveis e imóveis foram avaliados em sua vida útil.

Para a **Instituição**, os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: edificações (25 anos); Máquinas e equipamentos (03 a 20 anos); Veículos (05 a 10 anos); Móveis e Utensílios (03 a 15 anos); Computadores e periféricos (03 a 05 anos); Aparelhos eletrônicos (03 a 05 anos). Os ganhos ou perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados como valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais na demonstração do resultado período”.

4.5. Passivo Circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco das transações.

4.6. Fornecedores

As contas a pagar registradas na rubrica “fornecedores da **Instituição** e dos Convênios Públicos” são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período até um ano. Elas não possuem o caráter de financiamento e são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicados, dos correspondentes encargos.

4.7. Obrigações Trabalhistas

Obrigações trabalhistas são os deveres que as organizações têm com o governo, decorrentes da contratação de

4.8. Obrigações Fiscais e Tributárias

Folha 9

Valores referentes a obrigações sociais são custos obrigatórios pagos mensalmente que representam um percentual sobre a folha de pagamento. A retenção de impostos e contribuições federais é uma maneira que o Governo Federal tem para antecipar uma parte dos valores que devem ser pagos pelas empresas. Esse sistema assegura que os impostos e contribuições federais serão recolhidos e está regulado pela Lei 10.833/2003, Lei 10.865/2004 e o Decreto 9.580/2018. As retenções municipais dependem de lei específica em cada município. Nas retenções de valores, a instituição atua simplesmente como responsável pelo recolhimento, não representando tal operação qualquer despesa para retentora.

4.9. Provisões

Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Compõem-se nas provisões as de férias, de FGTS s/ férias, e de PIS s/ férias. Todas foram calculadas e contabilizadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

4.10. Saldo de parcerias voluntárias a prestar contas

Parcerias voluntárias são conjuntos de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em termos de cooperação (Inciso III do Art. 2º da Lei nº 13.019, de 31/07/2014, alterado pela Lei nº 13.204, de 14/12/2015).

O saldo de parcerias voluntárias a prestar contas representa o que restou do valor recebido e a receber o ente público, menos o valor aplicado nos projetos que esses recursos foram destinados.

4.11. Reconhecimento de receita

Reconhece como receita as diversas doações recebidas por pessoa física e pessoa jurídica e parcela das parcerias celebradas juntamente com o poder público e com empresas privadas, sendo que também é lançado no resultado a despesas correspondentes.

As subvenções e contribuições são registradas conforme determina a NBC 10.19 (Entidades Sem Finalidades de Lucros), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos.

Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência. As receitas de doações, subvenções e contribuições, recebidas para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, são registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da Entidade.

Não existem receitas auferidas oriundas dos beneficiários dos serviços prestados citados no item “1 - Contexto Operacional” destas notas explicativas.

A Sociedade Educacional Arco Iris reconhece a receita quando:

- a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a instituição;
- c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. O valor da receita não considerado como mensurável com segurança, somente é reconhecido como receita somente após a solução de todas as contingências relacionadas com a venda.

4.11.1 Doações

A Sociedade Educacional Arco Iris reconhece a receita de doações no momento que o recurso entra na sua conta bancária específica.

Há recebimento de doações pelo caixa. Todas as doações são recebidas mediante depósito ou boleto bancário. As doações de pessoas físicas e pessoas jurídicas são efetuadas a título de colaboração para custeio das atividades relacionadas a assistência social.

Nenhum usuário das atividades assistenciais paga pelos serviços recebidos.

No caso de doações recebidas para serem gastas no decorrer do exercício atual e do exercício seguinte, a contabilização se dá, ao receber o recurso, na conta de receita apropriar no passivo circulante. Na medida em que o recurso vai sendo gasto, apropria-se a receita de doação no mesmo valor do custo ou despesa.

4.11.2 Receitas de parcerias voluntárias

Essas receitas são reconhecidas no momento que em que são efetuadas as compras de materiais e contratação de serviços pelos recursos cuja autorização consta nos contratos e nos planos de trabalho de parcerias voluntárias celebradas e devidamente assinado pelas partes. A contabilização de recursos oriundos de parcerias voluntárias é baseada no que dispõe o item 12 da NBC ITG 2002/2012 que determina que essa deve ser feita de forma segregada.

4.11.3 Receita Financeira

Receita financeira é o nome dado a qualquer resultado positivo proveniente de juros, descontos ou variação cambial. Ou seja: não está atrelada diretamente ao operacional da organização. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Neste título, são incluídos os juros, descontos e atualização monetária oriundos de aplicações temporárias em títulos. Ressaltamos que os valores da receita financeira são acrescentados no plano de trabalho e são considerados valores a prestar conta.

4.11.4 Materiais de consumo aplicados nos programas

Representa o conjunto de despesas das operações continuadas da instituição, excluindo os gastos com pessoal. Essas despesas relacionam-se com as várias atividades gerais que beneficiam todas as fases da atividade fim ou do objeto social.

Compõem as despesas gerais os gastos com materiais de consumo, gêneros alimentícios, energia elétrica, telefonia.

4.12. Trabalhos voluntários

Folha 11

O trabalho voluntário é reconhecido pelo valor da prestação de serviços executados pelos voluntários, e é lançado no resultado como receita e despesas como se os serviços obrigados fossem ser pago. Incluem-se no trabalho voluntário, os serviços prestados pelos membros dos órgãos de governança da instituição. O valor do trabalho voluntário é calculado pelo valor da hora efetiva trabalhada. (Item 19 da NBC ITG 2002/2012).

NOTAS 05 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

5.1. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Entidade requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

A Sociedade Educacional Arco Iris revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

5.2. Taxa de vida útil do imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil do bem. Pretende-se em breve contratar uma empresa para elaborar um laudo contendo a nova vida útil dos bens do ativo imobilizado, e que se encontrará arquivado a disposição de quem se interessar, visando atender às exigências dos itens 51, 57 do CPC 27.

5.3. Provisões

A entidade constitui provisões de forma mensal dos encargos sociais exigidos pela legislação vigente, com objetivo de tornar transparente as suas obrigações juntos aos seus colaboradores. As provisões são reconhecidas quando: a cada mês a obrigação de pagar é surgida; quando a saída de recursos for constatada; quando o valor da obrigação pode ser estabelecido.

NOTA 06 - GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

6.1. Risco de Passivo Trabalhista, Tributários e Cíveis

A Sociedade Educacional Arco Iris reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. Além da possibilidade de inadimplência dos entes públicos que são mantidas as parcerias voluntárias de acordo com Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações contidas na Lei Federal 1.204/2015. Com relação a possível perda motivada pelas eventuais ações judiciais, avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

6.2. Risco de créditos

Folha 12

As atividades desenvolvidas pela Entidade, a expõe a diversos riscos de mercado e risco de liquidez. Apesar da responsabilidade de repasse integral dos recursos financeiros pela prefeitura Municipal de Betim e outros, serem garantidos nos termos de convênios celebrados, a geração de um passivo trabalhista através da gestão de empregados pode acarretar um risco de liquidez futuramente.

6.3. Risco de liquidez

A Sociedade Educacional Arco Iris monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, conforme demonstrado abaixo:

Monitoramento de risco de liquidez	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Total de ativos circulantes	570	344.890
Total de passivos circulantes	-	327.386
Total de recursos circulantes líquidos	<u>570</u>	<u>17.504</u>

Pode-se notar que os recursos no ativo circulante quase igualam ao valor contido passivo circulante. A razão essa quase igualdade é devida ao valor a prestar contas convênios ser condicionado aos recebimentos das parcelas das parcerias voluntárias a receber. Caso não haja o devido recebimento, não há o que falar sobre a prestação de contas. Salienta-se que a administração está ciente que o compromisso com despesas somente dar-se-á com entrada de recursos da parceria no caixa da instituição.

6.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes serão revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias.

Após essa avaliação dos ativos da Sociedade Educacional Arco Iris poderá chegar à conclusão de quais dos seus ativos poderão sofrer perda por redução de valor recuperável. Redução a Valor Recuperável de Ativos não Financeiros.

NOTAS 07 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Correspondem, basicamente, aos depósitos bancários à vista devidamente comprovados. As posições de caixa, bancos e aplicação financeira, em 31 de dezembro, estavam assim representadas:

Caixa e Bancos	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa – Recursos Livres	-	301
Bancos C/Movimento – Recursos Livres	-	-
Bancos C/ Movimento – Recursos Restritos	-	-
	<u>-</u>	<u>301</u>
Aplicação Financeira	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Aplic. de Liquidez Imediata – Recursos Livres	-	227.999
Aplic. de Liquidez Imediata – Recursos Restritos	-	-
	<u>-</u>	<u>227.999</u>
Total Caixa e equivalentes de caixa	<u><u>-</u></u>	<u><u>228.300</u></u>

NOTAS 08 - RECURSOS DE PARCERIA VOLUNTÁRIA A RECEBER – Resolução do CFC No.

Os valores a receber de convênios e parcerias com entidades públicas segue um cronograma de desembolso estabelecido de acordo com o plano de trabalho. Cada parcela repassada mensalmente deverá ser depositada em conta bancária específica de instituição financeira oficial do ente público.

Para esses valores a receber, não há necessidade de provisionar valores pelo não recebimento, visto que o número

de parcelas estabelecidas pelo plano de trabalho é exigência legal de acordo com art. 48 da Lei 13.019/2014.

Quando houver evidências de irregularidade na aplicação da parcela anteriormente repassa e recebida; ou quando for constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento; ou quando a organização deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, o ente publico pode reter as parcelas vincendas contidas no plano de trabalho conforme dispõe os incisos I, II, III do art. 48 da Lei 13.019/2014.

A seguir estão demonstrados os saldos de valores a receber de parcerias voluntárias celebradas.

8.1. Valores a receber no exercício seguinte

São recursos que serão repassados a partir de 01 de janeiro a 31 de dezembro seguinte. São valores a receber considerados a curto prazo.

8.2. Valores a receber após o exercício seguinte

São recursos que serão repassados a partir de 01 de janeiro após o exercício seguinte. São valores a receber considerados a longo prazo.

8.3. A seguir passa-se a demonstrar os valores a receber de parcerias voluntárias a curto e a longo prazos:

Parcerias/Subvenções (com entidades públicas)	2023		2022	
	Curto prazo	Logo prazo	Curto prazo	Logo prazo
Secretaria Municipal de Educação	-	-	93.662	-
Total	-	-	93.662	-

NOTA 09 – ADIANTAMENTOS

No decorrer do exercício, foram efetuados diversos adiantamentos a colaboradores da entidade. Os valores são

	2023	2022
Adiantamento de Férias	-	22.357
Total	-	22.357

NOTAS 10 - IMOBILIZADO

Folha

14

A composição do Imobilizado, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	Taxa de Depreciação ao ano %	2022	Adições	Baixas	2023
Benfeitorias Imoveis e Terceiros	4%	36.250	83.479	-	119.729
Maquinas e Equipamentos	10%	10.784	-	-	10.784
Moveis e Utensilios	10%	20.075	-	-	20.075
Equipamentos de Informatica	10%	4.798	-	-	4.798
Objetos p/copa e cozinha	10%	2.428	-	-	2.428
		74.335	83.479	-	157.814
Depreciação acumulada		(26.126)	-	-	(33.235)
		48.209	83.479	-	124.579

NOTAS 11 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTA

São obrigações com salários de funcionários em dezembro de 2023 para ser quitado no mês de janeiro de 2024:

	2023	2022
Salários	-	21.410
Total	-	21.410

NOTAS 12 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

Saldo obrigações com FGTS, PIS e INSS descontados de funcionários e encargos retidos de notas de serviços, em dezembro de 2023 para ser quitado no mês de janeiro de 2024:

	2023	2022
INSS	-	1.458
FGTS	-	2.528
IRRF s/ Folha	-	688
ISSQN Retido de terceiros	-	8
Total	-	4.683

NOTAS 13 - PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Sociedade Educacional Arco Iris fez a provisão de encargos dentro do que exige a legislação vigente. Esta provisão expressa dentro da realidade os valores a pagar a todos os funcionários. Esta provisão expressa dentro da realidade os valores a pagar a todos os funcionários e aos órgãos competentes, conforme apresentado no quadro abaixo:

	2023	2022
Provisão de férias	-	25.850
Provisão FGTS sobre férias	-	1.915
Total	-	27.764

NOTAS 14 - PARCERIAS VOLUNTÁRIAS A PRESTAR CONTAS

Folha

15

Cumprindo a determinação da NBC ITG 2002 pelo seu item 12, a Entidade, segregou os futuros gastos com parcerias voluntárias a curto prazo, de forma permitir a apuração das informações para prestação de contas exigidas por entidades governamentais.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Secretaria Municipal de Educação	-	274.893
Total	-	274.893

NOTAS 15 - IMOBILIZADO COM RECURSO RESTRITO

Os saldos correspondem aos custos de aquisição de ativos imobilizados vinculados a Termos de convênios, sendo utilizados nas atividades da Entidade, mensurados no passivo em consonância aos preceitos das Leis 11.638/07 e 11.941/09, e especificamente ao CPC07 (R1) subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pelo conselho Federal de contabilidade, através da NBC TG 07 (R1), que trata da aquisição de bens duráveis com recurso de assistência governamental, com contrapartida a ser prestada pelo agente beneficiado.

Valor referente a entrada em caixa de um valor que será apropriado como receitas na medida que a despesa for realizada.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Maquinas e Equipamento Rec. Restrito	-	2.123
Móveis Recurso Restrito	-	7.087
Equipamento de Informatica Recurso Restrito	-	1.426
Objeto de Copa e Cozinha Rec. Restrito	-	658
Benfeitoria Recurso Restrito	-	34.810
Total	-	10.637

Os saldos diferidos são reconhecidos em despesas de acordo com a apropriação dos encargos correspondentes de depreciação sobre os itens patrimoniais adquiridos, em consonância às normas e práticas contábeis adotadas no País.

Devido ao encerramento dos convenios os valores foram transferidos para reserva de doação.

NOTAS 16 - PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social inicial, acrescidos dos valores dos Superávits ou Déficits dos exercícios. Em 2022, o Patrimônio Líquido apresentou-se positivo no valor de R\$ 19.607,13. Em 2023, apresentou-se também positivo no valor de R\$ 125.149,38.

NOTAS 17 - DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO PERÍODO

A demonstração de resultado do período foi elaborada conforme os ditames da Lei No. 12.101/09, e do item 24

NBC ITG 2002, as quais determina que as receitas e despesas devem ser apresentadas de forma segregadas.

As receitas auferidas são provenientes, na sua maioria, de Contribuições de Doações de simpatizantes, de Parcerias com os Setores Público e Privados, 2ª via da Nota Fiscal, de recibos emitidos juntamente com os respectivos comprovantes de depósitos. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências legais-fiscais.

NOTAS 18 - RESULTADO DO PERÍODO

O resultado do exercício de 2022 foi superavit em R\$ 12.547,87 e foi incorporado ao Patrimônio Social mediante autorização da Assembleia Geral.

Em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC No. 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002/2012 em especial item 14, que revogou a Resolução do CFC No. 877 NBC 10.19 que descreve que o superávit ou déficit deve ser registrado na conta patrimônio social.

No exercício de 2023, houve deficit no valor de -R\$ 18.636,83 que causou a redução do valor do patrimônio líquido, de R\$ 19.607,13, em 2022, para R\$ 125.149,38 em 2023.

NOTAS 19 - DOAÇÕES RECEBIDAS DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

Os seguintes valores compuseram as doações recebidas durante os exercícios

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Doações Pessoas Físicas	2.282	5.167
Total	<u>2.282</u>	<u>5.167</u>

Todas as doações recebidas são efetuadas por parceiros que acreditam no trabalho desenvolvido pela Sociedade Educacional Arco Iris.

Não havendo nenhuma contrapartida dos diversos beneficiários dos serviços prestados.

NOTAS 20 - RECURSOS ORIUNDOS DE PARCERIAS VOLUNTÁRIAS – RESOLUÇÃO DO CFC No. 1.409/12 (NBC ITG 2002/2012)

A Sociedade Educacional Arco Iris celebrou Parcerias Voluntárias, recebendo em 2023 R\$ 173.052

Os recursos provenientes de parcerias voluntárias firmados com esses órgãos governamentais, tem como objetivo principal operacionalizar projeto e atividades pré-determinadas. Constantemente, a Entidade, presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos parceiros, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. As parcerias celebradas estão de acordo com o estatuto social e as despesas de acordo com suas finalidades.

A contabilização de recursos das parcerias voluntárias está de acordo com itens 10, 12, 13 e 17 da NBC ITG 2002/2012 aprovada pela Resolução No. 1.409/12 – ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS.

A Associação de Entidade recebeu os seguintes valores no decorrer nos exercícios 2023 e 2022 referentes as parcerias voluntárias, conforme de termos de parcerias, assinados entre as partes.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Parcerias Governamentais	265.198	465.318
Divisão de Merenda	9.786	37.702
(-) Devolução de Recurso Parcerias Governamentais	(101.932)	-
Total	<u>173.052</u>	<u>503.020</u>

NOTA 21 – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - DFC

Folha

17

A Demonstração de Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC No. 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e com a Resolução do CFC 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

O método na elaboração do Fluxo de Caixa que esta instituição optou foi o INDIRETO.

NOTA 22 – FORMALIZAÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS

A Entidade no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais formaliza em cada Projeto pelos seus objetivos; origem de recursos; infraestrutura; tipificando os serviços executados conforme Resolução do CNAS 109/09 e Decreto No. 6.308/07; público-alvo; capacidade de atendimento, recursos financeiros utilizados, recursos humanos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários nas estratégias que serão utilizados para esta participação nas etapas de elaboração, avaliação e monitoramento do projeto.

NOTA 23 – APLICAÇÃO DE RECURSOS

A atividade preponderante da Sociedade Educacional Arco Iris é a Educação. Todos os gastos são considerados de Educação.

Todos os serviços prestados aos beneficiários pela Sociedade Educacional Arco Iris são gratuitos. Os recursos recebidos são provenientes de convênios celebrados com pessoas jurídicas e doações voluntárias de associados e de simpatizantes.

Não é cobrada dos beneficiados nenhuma taxa pelos serviços prestados.

Recursos Aplicados diretamente em

Gratuidades – Recursos Livres

	2023	2022
Despesa com pessoal	-	2.386
Serviços prestados por terceiros	10.677	287
Materiais de consumo aplicados nos pro	133	414
Total	10.810	3.087

Recursos Aplicados diretamente em

Gratuidades – Recursos Restritos

	2023	2022
Despesa com Remunerações a Funcion	119.527	322.669
Despesa Com Encargos Sociais e Benef	17.414	56.566
Serviços prestados por terceiros	11.285	30.628
Materiais de consumo aplicados nos pro	15.039	52.490
Divisão de Merenda	15.497	37.702
Total	178.762	500.055

TOTAL DE GRATUIDADES

189.572	503.142
---------	---------

Os benefícios concedidos em gratuidades de educação representam as despesas enfrentadas para a finalidade do estatuto social da Sociedade Educacional Arco Iris em prol de crianças em situação de vulnerabilidade social, atendidos.

Em 2022, o total de aplicações em Gratuidade de recursos livres foi no valor de R\$ 3.087,35 e Gratuidade de recursos restritos foi de R\$ 500.054,59, totalizando as GRATUIDES diretas em 2022 no valor de R\$ 503.141,94.

Em 2023, o total de aplicações em Gratuidade de recursos livres foi no valor de R\$ 10.809,70 e Gratuidade de recursos restritos foi de R\$ 178.762,44, totalizando as GRATUIDES diretas em 2023 no valor de R\$ 189.572,14.

Esses recursos foram aplicados para atender crianças. Neste ano foi ofertada 100% da capacidade do programa. O conteúdo pedagógico do programa esta baseado nas Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Infantil do MEC. Além do aspecto educacional o programa ofereceu ainda alimentação, assistência a saúde preventiva e corretiva, esporte lazer, cultura entre outras ações. O programa também esta em conformidade com a Lei 12.101/09, pois todo atendimento realizado foram 100% gratuitos.

NOTA 24 - ISENÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS

Com a publicação da portaria do MEC, conforme demonstra a Portaria No. 465 de 02 de julho de 2018, com período de validade: 03/07/2018 a 03/07/2021, renovação protocolada no dia 29/01/2021 protocolo nº 23000002310202105 e procolada em 23/10/2023 protocolo nº 23000036289202303, publicada no Diário Oficial da União, a entidade passou a usufruir da isenção sobre a parte patronal dos recolhimentos para a Previdência Social a partir da competência 08/2018. As isenções usufruídas estão assim discriminadas: (em reais)

Renuncia Fiscal	2023	2022
INSS – Parte Patronal	12.802	58.266
INSS – RAT	640	2.913
INSS – Outras Entidades	2.880	13.110
Total	16.322	74.289

NOTA 25 – COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade Educacional Arco Iris, não promoveu, em 2023 a contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, para atender assim, o Princípio Contábil de Continuidade.

NOTA 26 – TRABALHO VOLUNTÁRIO

A Sociedade Educacional Arco Iris, desde sua fundação, conta com a participação de voluntários, responsáveis durante todos os anos de atuação, por muita dedicação e esforço, que propiciaram a melhoria na gestão, nos processos, nas atividades educacionais e de lazer.

NOTA 27 – LEGALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

A Instituição é dirigida por uma diretoria e exerce um mandato que teve início em 10/11/2021 e findara em 31/12/2024, cuja comprovação consta na da Assembleia Geral realizada no dia 10/01/2021 e registrada em Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas de Betim/MG sob a Averbação No. 17, Livro A, Matricula 3153, em 21/11/2021.

NOTA 28 – CONTRATO DE ALIENACAO

O caixa e equivalentes de caixa e o imobilizado não estão comprometidos com obrigações ou contrato de alienação.

NOTA 29 – IMUNIDADE TRIBUTARIA

A Instituição é imune de incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea C e seu paragrafo 4º. E art. 195, Inciso III, paragrafo 7º. da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, Lei 9.532 07, Lei 12.101 09 e Decreto 7,237 10.

Mas, está condicionado ao cumprimento de exigências legais e a apresentação de Declaração de Informações Econômica Fiscais de Pessoa Jurídica.

Para manutenção de tais benefícios, a Sociedade Educacional Arco Iris cumpre rigorosamente às exigências do Artigo 14 do Código Tributário Nacional, que são:

- a) Aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- b) Não distribuir resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto;
- c) Manutenção da escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

NOTA 30 – REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

A Entidade, sociedade civil, sem fins lucrativos, de natureza Assistencial e filantrópica, detentora da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social - (CEBAS) e para usufruir da IMUNIDADE determinada pelos arts. 3º. e 5º. da Lei Complementar 187 de 16/12/2021, cumpre os seguintes requisitos:

- Não percebam seus dirigentes estatutários, conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, das funções ou das atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- Aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- Não distribuam a seus conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores seus resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto, e, na hipótese de prestação de serviços a terceiros, públicos ou privados, com ou sem cessão de mão de obra, não transfiram a esses terceiros os benefícios relativos à imunidade prevista no § 7º do art. 195 da Constituição Federal;
- Mantem sua escrituração contábil regular que registra as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e com a legislação fiscal em vigor;
- Conservem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e o registro de seus recursos e os relativos a atos ou a operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária.

NOTA 30 – REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Os valores contábeis dos ativos financeiros da Entidade estão compatíveis com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação, ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado.

Durante o exercício de 2023 a Entidade não realizou operações com derivativos.

Belo Horizonte, 31 de Dezembro de 2023

"Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas."

"Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas refletem a documentação que me foi entregue, que são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas."

João Filho de Oliveira
RG: MG-4.931.064
Presidente

Tânia Maria do Patrocínio Batista
CRC: MG-092539/O-5
Contador

COEFICIENTE DE ANÁLISE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Coeficiente	Formula	Valor	Resultado
Índice de Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não circulante}}$	$\frac{570}{1}$	285,7
Índice de Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	$\frac{570}{1}$	570,4
Índice de Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$	$\frac{570}{1}$	570,4
Índice de Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	$\frac{1}{1}$	1,0
Índice de Solvência Geral	$\frac{\text{Ativo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	$\frac{125.149}{1}$	62574,7

As notas explicativas são partes integrantes desta demonstração

OBS: A Instituição não possui Passivo Circulante, o divisor na fórmula dos índices de liquidez deverá ser substituído de zero para um, conforme orientação do Parecer da Câmara Técnica do Conselho Federal de Contabilidade nº 13/04.

João Filho de Oliveira
RG: MG-4.931.064
Presidente

Tânia Maria do Patrocínio Batista
CRC: MG-092539/O-5
Contador